



O que está sendo feito?

1. Reunião com o BNDES sobre fundo especial para a manutenção de empregos



Em mais uma etapa da interlocução do Giac com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, integrantes do Gabinete Integrado, incluindo o coordenador-geral, Augusto Aras, se reuniram na tarde desta terça-feira (7) com o presidente do banco, Gustavo Montezano. No encontro, Montezano explicou aos participantes que o

Executivo Federal estuda a edição de uma medida provisória para criar um fundo especial de financiamento destinado à cadeia produtiva e, conseqüentemente, à manutenção de empregos. Pela proposta, ainda em discussão, o fundo seria abastecido com recursos do Tesouro Nacional e gerido pelo BNDES.

Entre os pontos mencionados pelo presidente do BNDES, está a preocupação com a segurança jurídica da proposta para que não haja questionamentos futuros por parte do Ministério Público. Após ouvir as explicações, Augusto Aras elogiou a iniciativa. "A importância disso é revolucionária: é o MP brasileiro participando das decisões política relevantes para a sociedade e o Estado brasileiros, visando reduzir os efeitos da grave crise causada pela covid-19", resumiu.

2. Pedido de informações à ANS sobre medidas para garantir atendimento pelos planos de saúde

O Ministério Público Federal solicitou nesta terça à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informações sobre as medidas adotadas para que



os planos de saúde garantam atendimento integral e adequado aos beneficiários com sintomas da covid-19, inclusive por meio de recursos alternativos como a telemedicina e o atendimento em domicílio. O objetivo é evitar a migração significativa de pacientes do sistema privado de saúde para o sistema público, já bastante congestionado. De acordo com a Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do MPF (3CCR), responsável pelo pedido, o momento vivido pelo país exige da ANS papel de liderança e coordenação com os demais elos na cadeia setorial, considerando sua expertise técnica e autoridade. [Leia mais.](#)

3. Balanço da atuação regional do MPT

O Ministério Público do Trabalho apresentou ao Giac-Covid-19 balanço parcial da atuação das regionais em combate à pandemia. Em três locais (Pernambuco, Paraíba e Campinas), os procuradores do Trabalho articulam com universidades soluções alternativas para criação de protótipos e produção em escala de equipamentos de proteção individual, respiradores e peças de reposição. Em Pernambuco, termo de compromisso já firmado com a UFPE reverteu R\$ 1 milhão ao laboratório da própria universidade, para produção dos itens. Na Paraíba e em Campinas, o MPT negocia com a Universidade Federal de Campina Grande e com a Unicamp, respectivamente.

Em Goiás, o órgão ajuizou seis ações civis públicas, objetivando garantir direitos e condições para trabalhadores de diversos setores. O MPT já enviou várias recomendações em todo o Brasil. No Mato Grosso do Sul, participa de gabinetes de crise em Campo Grande, Três Lagoas e Dourados. Em Pernambuco, atua junto ao Governo do estado em casos de demissões em massa. Na regional que engloba Amazonas e Roraima, o órgão articula junto ao Gabinete de Crise estadual a aquisição e distribuição de equipamentos a profissionais da saúde e de materiais de higiene aos funcionários do sistema de transporte público.

4. Guia para combate a crimes cibernéticos

O MPF lançou o “Guia de Investigação e Combate à Desinformação na Internet no contexto da Covid-19”. O manual é uma iniciativa do Grupo de



Apoio sobre Criminalidade Cibernética da Câmara Criminal (GAAC/2CCR), com objetivo de auxiliar a atuação dos membros no combate a condutas criminosas em ambiente virtual, que se proliferam devido à vulnerabilidade das pessoas diante do atual cenário de pandemia do novo coronavírus. No caso de práticas criminosas, o MPF considera que “é muito importante, além de identificar o criminoso, fazer cessar a divulgação do conteúdo falso ou deturpado, a fim de evitar que mais pessoas sejam vítimas tanto dos prejuízos financeiros quanto da desinformação que leva ao pânico e a atitudes insensatas por parte da população”. [Leia mais](#).